

**POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUNS
APONTAMENTOS**

Sayarah Carol Mesquita dos Santos¹

RESUMO

O objetivo desse artigo foi discutir algumas Políticas/programas que acentua o processo de privatização da Educação pública no Brasil, no âmbito do Ensino básico, assim como trazer o seu contexto e as implicações para a Educação. O referencial teórico adotado consiste em autores como Frigotto (2006), Peroni (2015), Caetano (2016), Belfield e Levin (2004); Freitas (2012), Marx e Engels (2011), Mészáros (2011, 2008); Maroneze e Lara (2009) e Oyama (2016) que contribuem para a compreensão do contexto e da efetivação de políticas/programas de iniciativa privada na educação pública básica. A metodologia aplicada trata-se da pesquisa bibliográfica, a qual tem como finalidade apreender e analisar as ideias e concepções acerca da temática proposta. Assim sendo, entendemos que a Educação, situada no contexto do Neoliberalismo e mediante as Políticas privatistas que o Estado impulsiona e legitima, como o Movimento Todos pela Educação (MTE) ou pelos programas estabelecidos pelo Unibanco, permite que a Educação se torne uma mercadoria que serve para atender aos interesses mercadológicos do Capital e sua reprodução, o que implica numa Educação pública cada vez mais sucateada e precarizada, sendo entregue a organizações privadas que possuem seus interesses utilitários e lucrativos e não próprios da educação de qualidade em suas diversas especificidades.

Palavras-chave: educação pública, políticas, privatização.

PRIVATIZATION POLICIES OF BASIC EDUCATION IN BRAZIL: SOME NOTES

ABSTRACT

¹ Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: sayarahcarol@hotmail.com

The purpose of this article is to discuss some policies/programs that accentuate the process of privatization of public education in Brazil, within the framework of basic education, as well as to bring its context and the implications for education. The theoretical framework adopted consists of authors such as Frigotto (2006), Peroni (2015), Caetano (2016), Belfield and Levin (2004), Freitas (2012), Marx and Engels (2011), Mészáros And Lara (2009) and Oyama (2016) that contribute to the understanding of the context and the effectiveness of private initiative policies/programs in basic public education. The applied methodology deals with the bibliographical research, whose purpose is to apprehend and analyze the ideas and conceptions about this proposed theme. In view of this, we understand that education in the context of neoliberalism and through the privatist policies that the state drives and legitimizes, such as the All for Education Movement (MTE) or the programs established by Unibanco, allows education to become a commodity that serves To meet the market interests of capital and its reproduction. Involving a public education that is increasingly scrapped and precarious, being delivered to private organizations that have their utilitarian and lucrative interests and not own quality education in its various specificities.

Key words: policies, privatization, public education.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste trabalho foi pontuar e discutir algumas Políticas/programas que acentuam o processo de privatização da Educação básica pública nos últimos anos; trazer o contexto dessas Políticas e suas implicações na educação pública de qualidade.

É necessário, primeiramente, compreender que privatização designa a transferência de atividades e responsabilidades dos órgãos públicos para as organizações privadas (BELFIELD; LEVIN, 2004). Ou seja: o processo de privatização transfere do Poder público a responsabilidade pela Educação, Saúde e outras áreas sociais para o setor privado.

E, nesse sentido, a Educação, como dever do Poder público de ser oferecida gratuitamente, de qualidade e para todos, termina sendo privatizada diante de uma sociabilidade na qual se visa constantemente a produção de lucro, a fim de garantir a reprodução do Capital e a manutenção do sistema, transformando tudo e todos em meios, objetos ou coisas para atender aos interesses mercadológicos.

Para Belfield e Levin (Ibid.), uma forma deplorável de privatização é quando o Estado se exime da sua função de fornecer educação, possibilitando que a iniciativa privada tome essa função ao conceber matrículas para os alunos em escolas privadas que se instauram em escala cada vez mais crescente.

Para compreendermos o processo de privatização da Educação pública cumpre entendermos em que contexto social, político e econômico estarmos situados, nos últimos anos, que permite produzir implicações diretas na condução das Políticas Públicas, especialmente, para Educação. Esse contexto se encontra diante de um sistema neoliberal que engrena processos que favoreçam a (re)produção do capital na sociedade capitalista. Com a finalidade de atender à lógica do mercado e seus interesses, a Educação pública vem sendo utilizada como meio para atingir os fins mercadológicos, utilitários e lucrativos do capital.

A metodologia adotada para a produção desse trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica, a qual nos apropriamos de alguns autores como Frigotto (2006), Peroni (2015), Caetano (2016) e Oyama (2016) para compreender o processo de privatização da Educação pública no ensino básico em seu contexto; pontuar algumas Políticas ou programas que possibilitam esse processo e suas implicações para a Educação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada consiste na pesquisa bibliográfica, a fim de se apropriar e compreender alguns pressupostos e ideias acerca das políticas e/ou programas de iniciativa privada que são estabelecidos na educação básica pública em seu contexto e implicações para a educação pública de qualidade.

Dessa forma, utilizamos como referencial teórico autores como Frigotto (2006), Peroni (2015), Caetano (2016), Belfield e Levin (2004), Freitas (2012); Marx e Engels

(2011), Mészáros (2011, 2008), Maroneze e Lara (2009) e Oyama (2016) que contribuem para a compreensão desta questão acima referida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Contextualização

As políticas ou programas privatistas, permeados pela ordem do modelo neoliberal atuam na Educação pública, enquadrando-a e direcionando cada vez mais para o processo de mercantilização, transformando a Educação em mercadoria para atender aos interesses do Capital por meio das ações legais e políticas do Estado.

Nessa perspectiva, o contexto que situa o processo de privatização da Educação pública nos últimos anos encontra-se presente em uma sociabilidade capitalista acentuada pela crise estrutural do Capital; o Estado de bem-estar social que oferece políticas assistencialistas e pontuais para a classe trabalhadora, na mesma medida que faz acordos e legitima que organismos internacionais possam interferir nas políticas públicas, a fim de garantir os interesses do Capital e seu processo reprodutivo.

Na etapa atual, as profundas mudanças provocadas pela mundialização do capital, sobretudo no final do século XX e início do século XXI, trouxeram novas exigências para o Estado e, conseqüentemente, intensas mudanças na política educacional, reguladas sob forte influência das agências multilaterais de financiamento, sendo aqui destacada a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal e Banco Mundial – BM (MARONEZE; LARA, 2009, p. 3280).

O Banco Mundial (BM) é um desses organismos internacionais. No âmbito da educação formula um pacote de propostas destinadas a efetivar as reformas na Educação em países em desenvolvimento, com o falacioso discurso de que, por meio dessas reformas educacionais, os países poderão alcançar um nível de desenvolvimento e diminuir as desigualdades.

Em decorrência da crise estrutural do capital e das ideologias neoliberais difundidas na sociedade como formas de superar a crise, foi introduzido “novos

padrões tecnológicos e formas mais flexíveis de organização do trabalho e da produção, pautados no paradigma da racionalidade econômica” (Ibid., p. 3281). E, nesse sentido, a Educação não fica de fora dessa perspectiva produtiva do capital, uma vez que em seus processos formativos ocorre a constituição de Políticas educacionais voltadas para as finalidades do modo de produção capitalista, que desde os anos 90 a partir da reestruturação produtiva exigiu na produção mais flexibilidade, inovação tecnológica, eficiência, eficácia, polivalência e novas formas organizacionais. E logo, a Educação foi sendo enquadrada nessa lógica.

É fundamental destacarmos que o Estado, à medida em que formula e implementa Políticas Públicas educacionais para os filhos da classe trabalhadora, por outro lado, jamais nega na materialidade a sua essência e funcionalidade, que, ao surgir a partir das sociedades de classe, ganhando sua expressividade notável na sociedade capitalista, tem como objetivo garantir, legitimar e reproduzir os interesses do Capital.

E nessa perspectiva, Mézáros nos ajuda a pensar o quanto o Capital não se reproduz sem a presença do Estado:

[...] a função do Estado como patrocinador direto, que fornece generosamente, até mesmo às mais ricas corporações multinacionais, os fundos necessários para a ‘renovação’ e o ‘desenvolvimento de instalações’, fundos que o idealizado ‘espírito empresarial’ da competição privada não pode mais produzir lucrativamente. Isso sem mencionar o envolvimento permanente do Estado capitalista moderno na sustentação material (e subsidiada) do sistema da iniciativa privada através do financiamento e da organização, tanto da pesquisa de orientação tecnológica direta como da assim chamada ‘pesquisa básica’. (MÉSZAROS, 2011, p. 672).

É perceptível que o capital, para se reproduzir e manter o seu poder dominante, necessariamente da presença imprescindível do Estado. E, sobre esse prisma, o Estado, ao formular suas Políticas Públicas educacionais ainda que seja para atender aos interesses da classe trabalhadora (formalmente ou não), garantindo uma Educação pública, gratuita e de qualidade, é notável que ele não deixa de atender prioritariamente aos interesses do Capital para a Educação. O que implica,

a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (MÉSZÁROS, 2008, p. 16, grifo do autor).

Para exemplificar como o processo de privatização da Educação pública no ensino básico vem ocorrendo de tal forma que ela tem-se tornado uma mercadoria para realizar as demandas do sistema produtivo. Pontuaremos na próxima seção algumas políticas e/ou programas de iniciativa privada que têm como finalidade mercantilizar a educação e seus processos formativos.

3. 2 Políticas/programas de privatização

Tendo em vista a lógica do sistema capitalista, onde o processo produtivo é dirigido para atender à produção de lucro e de mais-valia para enriquecer cada vez mais os capitalistas, no qual esse processo não ocorre sem a estrutura do Estado que regula, legitima e reproduz os lucros. As Políticas Públicas no campo da Educação não ficam de fora da cooptação do Capital e seus interesses mercadológicos mediados pelo aparato estatal. Nele o Estado capitalista se torna “representante da estrutura geral de comando político do capital”. (Id., 2011, p. 29).

Nesse sentido, os organismos empresariais atuam com e pelo Estado para formular suas políticas e programas que visam efetivar os interesses lucrativos dos seus investimentos a partir da Educação, fazendo com que o Estado, o formulador das Políticas Públicas, “aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia – ou seja, os valores do mercado” (PERONI; CAETANO, 2015, p. 347).

No âmbito da Educação básica podemos visualizar políticas educacionais que abrangem a inserção de programas, institutos e fundações de iniciativa privada que influenciam diretamente no processo pedagógico e na organização da escola pública.

À vista do exposto, explicitaremos algumas.

As políticas de avaliação em larga escala têm como objetivo obter resultados sobre o nível educacional da educação básica, sem considerar os diferentes contextos e realidades do Brasil e suas implicações nos processos educativos, além disso, busca controlar e responsabilizar as escolas, professores e alunos pelo sucesso ou fracasso escolar, e nunca o sistema. A SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil são avaliações que busca obter o diagnóstico sobre a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos, para alunos, professores e diretores. Além disso, as médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas².

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é outra política de controle e avaliação que tem como finalidade obter dados sobre o desempenho educacional do ensino médio, mas tornou-se nos últimos anos também um exame seletivo para a entrada dos estudantes nas universidades do país.

Para denotar o caráter mercantil da Educação pública no Brasil por meio da entrada de setores empresariais, nos quais se vêm formulando as Políticas Públicas no âmbito da Educação nos últimos anos, podemos apontar o Todos pela Educação (TPE), que é um movimento criado em 2006 com a finalidade de engajar o Poder público juntamente com outros setores da sociedade para efetivar a garantia de uma educação básica de qualidade. Em sua proposta, possibilita que os diversos representantes da sociedade, como gestores, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários ou organizações sociais possam se comprometer com a consolidação de uma educação pública de qualidade.

O TPE apresenta a articulação de diversos setores da sociedade, desde o Poder público até as investidas empresariais na busca pela garantia de cinco metas, cinco bandeiras e cinco atitudes para a promoção da educação básica. *In Verbis*:

² Fonte: <http://portal.inep.gov.br/saeb>

Meta 1 Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.

Meta 2 Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.

Meta 3 Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano.

Meta 4 Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos.

Meta 5 Investimento em educação ampliado e bem gerido.

Bandeira 1 Melhoria da formação e carreira do professor.

Bandeira 2 Definição dos direitos de aprendizagem.

Bandeira 3 Uso pedagógico das avaliações.

Bandeira 4 Ampliação da oferta de educação integra.

Bandeira 5 Aperfeiçoamento da governança e gestão.

Atitude 1 Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento.

Atitude 2 Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola.

Atitude 3 Colocar a educação escolar no dia a dia.

Atitude 4 Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos.

Atitude 5 Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens. (Fonte:

http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/?tid_lang=1).

Dentre os organismos privados que fazem parte desse movimento, encontram-se a Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Gerdau, Instituto Unibanco, Instituto Natura etc., assim como parcerias com o Instituto Ayrton Senna, Instituto HSBC, Fundação Roberto Marinho e outros órgãos representantes do mercado. Nesse processo de parceria e ligação com esses grupos empresariais educacionais, a Educação pública vai contornando cada vez mais um caráter na qual os conhecimentos, a produção do saber, os currículos e a formação dos sujeitos vão se direcionando para o processo de mercantilização, a fim da obtenção de lucros para os grandes empresários do capital a partir dessas iniciativas. Para Oyama, o TPE

em parceria com o Estado, por meio do planejamento e da condução das políticas públicas, promovem também a realização e a circulação de mercadorias, levando ao rebaixamento da educação escolar e transformando-a num

local de implementação de políticas e programas pontuais, focalizados e descontínuos (2016, p. 79).

A real meta dos representantes do TPE “não aparenta ser a melhoria da qualidade da educação escolar pública, mas instrumentalizar e obter lucros com a educação, por meio principalmente da venda de mercadorias e serviços ‘desovados’ no sistema educacional” (Ibid., p. 90).

O Instituto Ayrton Senna, que faz parceria com o movimento TPE, tem como finalidade atuar nas Políticas Públicas educacionais das escolas de ensino fundamental e médio. Toma iniciativas que se direcionam para a colaboração na formação dos sujeitos, a partir dos ideais da inovação, das soluções educacionais mediante a configuração de modelos pedagógicos, de gestão, tecnologia e avaliação, a fim de operacionalizar de forma eficiente e eficaz “o que” e “como” ensinar e aprender. Seu foco consiste em atuar na perspectiva da educação integral, que, em sua visão, significa uma mudança no sentido do que seja o real papel da escola. E entende essa instituição que a sociedade exige mais do que acumuladores de conhecimentos, mas cidadãos conscientes e participativos, trabalhadores éticos e produtivos, seres humanos capazes de fazer boas escolhas e transformar o universo em que vivem.

É perceptível que toda proposta educativa desse instituto é engessar nas escolas públicas um modelo de formação, aprendizagem, conhecimento, gestão e avaliação que estejam ligados às demandas do modelo de produção capitalista que exige a formação de sujeitos que saibam o que fazer e como fazer, como tornar os cidadãos em éticos e participativos, mas principalmente produtivos, pois é isso que as iniciativas privadas educacionais esperam dos adolescentes e jovens em seu processo de formação, que é justamente atender a lógica do capital, oferecendo uma formação para fazer e ser produtivo e não para pensar.

Com o Instituto Unibanco, a perspectiva mercantil que influencia os processos pedagógicos e a organização da escola pública também não é diferente. Desde 2007 foi criado o Programa Jovem de Futuro que busca atuar na gestão escolar para desenvolver ações que possibilitem o aumento do desempenho dos alunos e a diminuição dos índices de abandono escolar no ensino médio. A partir de investimentos de recursos técnicos e financeiros nas escolas públicas, o programa visa

desenvolver com a gestão escolar um trabalho que estabeleça resultados predefinidos a partir do aluno, professor e gestão (CAETANO, 2016).

As investidas do capital na Educação não param, à medida que o Instituto Unibanco ainda desenvolve o Programa Ensino Médio Inovador que foi instituído em 2009 juntamente com o MEC para redesenhar os currículos dessa etapa do ensino nas escolas públicas estaduais, fazendo com que o empresariado educacional defina o que deve ser ensinado e qual conhecimento poderá estar contido ou não no currículo escolar, na ótica de promover um processo de formação no ensino médio que visa os interesses mercadológicos e lucrativos do capital.

A Fundação Lemann, criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, é uma organização que desenvolve e apoia projetos inovadores, que realizam pesquisas para embasar as Políticas Públicas e ainda oferecem formação para os profissionais da educação e para as lideranças das diversas áreas³.

Outro grupo que toma participação nas Políticas Públicas educacionais é a Fundação Roberto Marinho. Esta, por meio dos programas Aprendiz Legal e Qualifica, oferece formação educacional para o mundo do trabalho, visando proporcionar processos formativos para a entrada no mercado dos jovens que estão na Educação básica.

O processo de privatização no contexto da Educação pública torna-se cada vez controlado pelo Capital, à medida que os conhecimentos, os processos pedagógicos e a organização se voltam cada vez mais para atender aos interesses do mercado e do Estado burguês, e, nesse sentido, Frigotto frisa que

Os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cuja, forma de veiculá-los é tida como mais relevante que os próprios conteúdos, e a hierarquização e o parcelamento do processo pedagógico constituem-se em formas de controle da produção e divulgação do saber que se processa na escola e, enquanto, tais, de controle social mais amplo (2006, p. 170).

O controle exercido pelo Capital na Educação, a partir dos programas de iniciativa privada, possibilitam o engessamento nas escolas públicas de modelos de

³ Fonte: <http://www.fundacaolemann.org.br>

ensino, aprendizagem e gestão que condiz com os interesses lucrativos do lucro, por meio da hierarquização, do controle, da eficiência, da eficácia, da produtividade e da divisão social do trabalho.

Para elucidar essa questão da divisão social do trabalho, presenciamos, na conjuntura atual, o processo de desmonte da Educação pública a partir das medidas neoliberais do Capital e do Estado capitalista, com a Reforma do Ensino Médio estabelecida pelo governo de Michel Temer. Ela visa flexibilizar o currículo do ensino médio, a partir da proposta de que os alunos dessa etapa do ensino possam “escolher”, no último ano, em quais áreas do conhecimento desejam especializar-se para que sirva de aproveitamento, posteriormente, para a entrada nas universidades ou para o mercado de trabalho. Além disso, define que Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia não serão mais obrigatórias no currículo escolar do ensino médio, mas optativas. E ressalta que professores com notório saber poderão ministrar aulas em áreas afins à sua formação no âmbito da formação profissional e técnica dos jovens.

Primeiramente, é notável que a proposta que consiste na liberdade do alunado escolher em quais áreas do conhecimento pretendem estudar não é real, diante da práxis escolar pública brasileira, devido aos diversos problemas que a instituição escolar já carrega, como falta de professores, falta de infraestrutura, condições de trabalho e dentre outros agravantes. Além disso, sabemos que quem frequenta a escola pública são os filhos da classe trabalhadora, que encontra escolas cada vez mais sucateadas e precarizadas pelo Poder público e que não vislumbra muitas expectativas em relação ao espaço escolar. E para estes, pertencentes a uma classe que historicamente é desprovida das condições básicas de vida e de seus direitos à Educação, à saúde etc., é notável que esta juventude estará inviabilizada para ter a liberdade de escolher o que estudar, entre os conhecimentos para a formação técnica e profissional ou para os conhecimentos humanísticos e sociais, entre ir para universidade ou se inserir no mercado de trabalho. Acentua-se cada vez mais a divisão social do trabalho, entre aqueles que pensam e aqueles que executam, entre “trabalho material e intelectual” (MARX; ENGELS, 2011, p. 26).

A Reforma do Ensino Médio denota ainda mais o seu caráter neoliberal para atender aos interesses do capital, à medida que retira como obrigatórias disciplinas que são essenciais no processo de formação e desenvolvimento do ser humano, como

Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia. Isto faz com que os indivíduos tenham uma formação para saber executar, para saber fazer, e não para pensar e desenvolver suas potencialidades humanas que são materializadas por diversos saberes e experiências. Quer-se então com essa medida mãos que trabalhem e não cabeças que pensem.

Após salientar algumas políticas e/ou programas que caracterizam o processo de privatização da Educação pública no contexto neoliberal da sociedade brasileira, cumpre trazer algumas implicações desse processo de mercantilização na Educação básica pública, tecendo algumas considerações na conclusão a seguir.

4 CONCLUSÃO

Com base nos apontamentos suscitados em torno da discussão sobre o caráter privatizador da Educação pública, no âmbito do Ensino básico, é perceptível que a ela, venha sofrendo um processo de entrega ao setor privado e empresarial educacional, por meio de diversos programas, parcerias e instituições que estão direcionadas para interesses específicos do mercado e da lógica produtiva capitalista, que o Estado vem impulsionado e legitimando nesse processo de privatização.

O que vem acontecendo é um “[...] controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas” (FREITAS, 2012, p. 387). E esse processo de investidas do setor privado na Educação pública vem sendo demarcado explicitamente por meio de políticas privatistas que o Estado promove, no mínimo a que se possa aludir, a fim de manter e reproduzir os interesses do sistema. O movimento Todos Pela Educação é um exemplo claro de como a Educação pública vem sendo orquestrada e para atender a que finalidade, que é os interesses do mercado e não da educação.

Diante desse processo de privatização situada na lógica do sistema capitalista, produz-se um dos efeitos para a Educação pública que é justamente a transformação da Educação em mercadoria. Transformação em um objeto ou coisa que tem um valor e pode ser comercializada na sociabilidade capitalista, tendo a priori, para esse sistema, a possibilidade de ela produzir ideológica e materialmente os interesses do lucro, seja no âmbito da incorporação e reprodução das ideologias dominantes seja na

formação da força de trabalho apta e capaz para ser comprada e explorada pelo capitalista. Oferecendo uma educação que ao estar a serviço do mercado, pretende-se formar uma força de trabalho com conhecimentos técnicos, pontuais e necessários para a divisão social do trabalho.

Mediante a transformação da educação em mercadoria, é notável que a Educação pública venha sendo cada vez mais atacada e ameaçada à sua existência, à medida que as investidas do Capital sobre ela acentua a perspectiva constante de sua entrega aos setores empresariais e privados. Comprometendo a possibilidade, ainda que com seus limites, da garantia de uma Educação pública, gratuita e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora que depende desse serviço público.

É necessário analisarmos o quanto a Educação pública brasileira nos últimos anos tem sofrido com o processo de privatização, promovida e legitimada pelo Estado que está a serviço do capital e que na mesma medida é ele, o Estado, o responsável pela Educação pública de qualidade. Entretanto, ele se exime da sua responsabilidade de garantir uma educação de qualidade, possibilitando, então, a entrada do empresariado educacional e de organismos do mercado na formulação e implementação de Políticas Públicas para atender aos interesses do sistema e não da educação e suas especificidades.

As organizações, privadas que interferem na Educação pública com seus pacotes educativos ligados para aprendizagem, o ensino e a gestão, à medida que alarga as suas finalidades para a lógica do produtivismo, da eficiência, da eficácia e da lucratividade, por outro lado, estreita as finalidades formativas e potencializadoras que a educação pode produzir.

REFERÊNCIAS

BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. **A privatização da educação**: causas e implicações. Lisboa: Edições ASA, 2004.

CAETANO, M. R. O Ensino Médio no Brasil e o Instituto UNIBANCO: um caso de privatização da educação pública e as implicações para o trabalho docente. **Educação e Emancipação**, São Luís, vol. 9, n. 1, p. 122-139, jun., 2016.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 33, n. 119, p. 379-404, jun., 2012.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARONEZE, L. F. Z.; LARA, A. M. B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: Educere, 2009. p. 3279-3293.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Navegando, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OYAMA, E. R. O Todos Pela Educação como política “pública” (?) dos governos petistas. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 6, p. 78-94, jun., 2016.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação. **Retratos da Escola**, Brasília, vol. 9, n. 17, p. 337-352, dez., 2015.

Portal Todos Pela Educação. Disponível em:

http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/?tid_lang=1.

Acesso em: 25 nov. 2016.

Portal do INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/saeb>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Portal da Fundação Lemann. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/>. Acesso em: 28 nov. 2016.